

UNIVESP É QUEM COMANDA O PRIMEIRO CURSO DA USP DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA

Eliane Parmezani
Jornalista



Implantado às pressas, o “Curso Semipresencial de Licenciatura em Ciências” (LC-EàD), realizado pela USP em convênio com a Univesp, propõe-se a formar professores de Matemática, Física, Química e Biologia para a educação básica. No processo de planejamento, a comissão da USP coordenada por José Cipolla resistiu à tentativa da Univesp de assumir controle total do curso. Ao tomar posse, em 2010, o reitor Rodas destituiu a comissão e o projeto “se consolidou como a Univesp queria”. Os alunos são “USP”, mas os polos presenciais só funcionam aos sábados

O Programa de Formação de Professores diz que, “em praticamente todas as unidades o diploma de Bacharelado é, de fato, um pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado”. Feitas as devidas ressalvas, tais como as licenciaturas em Artes, Física e Matemática, “a concepção prevalecente ainda é a da justaposição da formação pedagógica ao bacharelado”. Desde o segundo semestre de 2010, contudo, fala mais alto a urgência do governo Serra em aumentar o número de vagas e o pretense acesso da população às universidades públicas paulistas antes da sua sucessão nas urnas. Assim, a partir de 18 de outubro daquele ano tem início o período letivo do Curso Semipresencial de Licenciatura em Ciências

(LC-EàD) em convênio com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp).

Não por acaso, as inscrições para o vestibular daquele ano foram abertas no dia 2 de agosto; os locais de exame foram divulgados em 3 de setembro; as provas foram aplicadas no dia 12 do mesmo mês; por fim, o período de matrículas teve início em 1º de outubro. A título de comparação com o calendário habitual da Fuvest, o prazo entre a abertura das inscrições e a efetivação das matrículas dos candidatos convocados leva, em média, cinco meses (de setembro a fevereiro).

A modalidade dita semipresencial — um eufemismo para ensino à distância ou EàD — se traduz em pelo menos 10 horas semanais

(2 horas por dia) dedicadas pelo aluno ao conteúdo e atividades online, mais 8 horas presenciais aos sábados no campus onde está matriculado, chamado de “polo” na linguagem própria do EàD. A organização curricular é estruturada em oito módulos, um por semestre. Com carga de 2.865 horas, configura-se como curso de graduação, o primeiro à distância da USP.

Somado ao questionável programa de inclusão de caráter puramente eleitoreiro, o convênio com a USP propõe, segundo texto da Univesp, a “superação de um problema que, no Brasil, adquiriu caráter emergencial: a carência de professores de língua portuguesa e de ciências (física, química, biologia e matemática)”. A ideia está pre-

sente no Manual do Aluno. Consta na introdução do livreto que “este modelo visa a complementar os esforços governamentais de capacitação e qualificação dos professores do Ensino Fundamental”. O curso propõe a formação de professores de ciências para os 3º e 4º ciclos (6º ao 9º anos). Por professores de ciências, entendam-se professores de Biologia, Química, Física e Matemática.

O curso tinha já data para “ir ao ar”, quando Rodas assume o cargo de reitor: “De uma penada, destituiu a comissão, criou outra e colocou Gil Marques como representante desse processo na universidade. Daí o projeto se consolidou como a Univesp queria que fosse”, diz Cipolla

O ensino à distância na USP começou a ser discutido na gestão do reitor Adolpho Melfi (2001-2005). Na ocasião, uma comissão foi formada e o professor José Cipolla-Neto, então membro do Conselho de Pós-Graduação, foi indicado para integrá-la. Na gestão da reitora Suely Vilela (2005-2009), Cipolla foi alçado à presidência da comissão.

O professor Rubens Camargo, da FE, lembra que a comissão “trazia entusiastas e gente contra o

Rafael Hupsel/ Agência IstoÉ



Professor José Cipolla Neto

EaD, assim como quem discutisse a licenciatura em ciências em si”. O curso foi aprovado por referendo pela Pró-Reitoria e ratificado na Comissão de Graduação. A aprovação pelo Conselho Universitário ocorreu em fevereiro de 2009.

Conforme narra Cipolla, o projeto começou a adquirir um contorno mais politizado e menos voltado para aspectos educacionais ao final da gestão Suely. “Estávamos elaborando conteúdos, discutindo método, linguagem, interação com os alunos. Com o surgimento da Univesp e as relações entre a Suely e o governo do Estado, a questão passa a ser se o curso iria ou não ser incorporado à Univesp”.

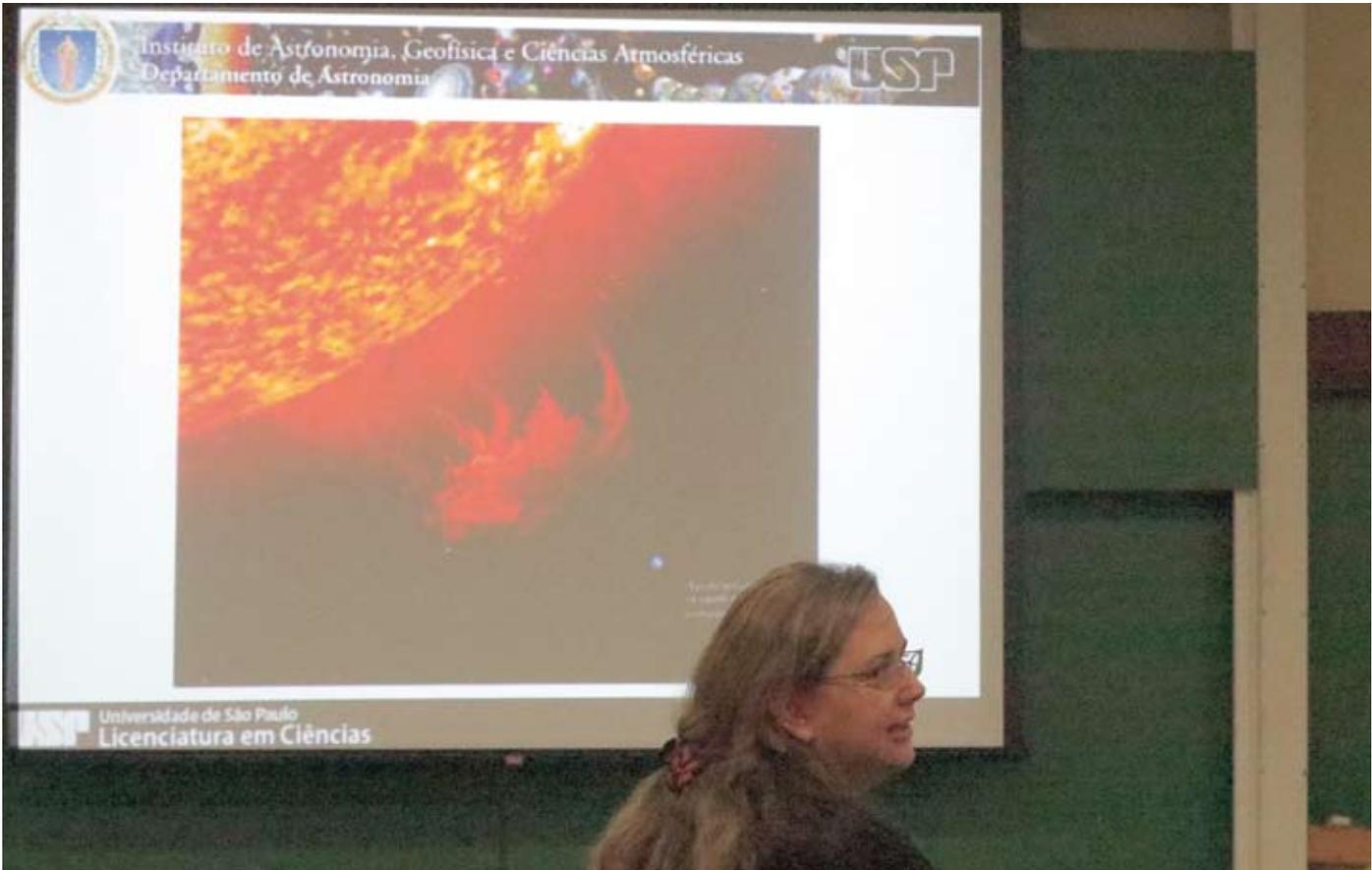
O financiamento do Tesouro estadual seria bem-vindo. Só o financiamento, porque a comissão entendia que o controle do conteúdo e a administração deveriam ficar a cargo da USP. Aconteceu o inverso, lembra Cipolla: “O pessoal da Univesp queria que fosse um curso cedido a ela e por ela comandado. À USP caberia exclusivamente fornecer o projeto”. Ainda nas pala-

avras do professor, como “o projeto do governo do Estado veio para ser assinado nos termos que ela [a Univesp] queria”, a comissão recorreu à Reitoria e à Pró-Reitoria de Graduação, avisando que se recusava a avaliar o projeto naqueles moldes. Ao final da gestão Suely, houve o impasse: “Ou era para ser do jeito que a gente queria, ou deixaríamos de participar do processo”.

Paralelamente à comissão, explica Cipolla, o professor Gil da Costa Marques exercia uma espécie de interlocução entre a USP e a Univesp. Atuando na Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), designada como responsável pela implementação e condução da LC-EaD, ele “era o homem do Carlos Vogt dentro da universidade”. Vogt, então secretário do Ensino Superior, é o “pai” da Univesp, seu único projeto enquanto esteve à frente da pasta (vide *Revista Adusp* 41, <http://goo.gl/wNeff8>).

O curso tinha já data para “ir ao ar”, quando J. G. Rodas assume o cargo de reitor da USP: “De uma penada, destituiu a comissão, criou outra e colocou Gil Marques como representante desse processo na universidade. Daí o projeto se consolidou como a Univesp queria que fosse”, completa o professor Cipolla.

A proposta da comissão idealizadora era de amplo investimento, que envolveria a criação de um instituto na USP, “com professores próprios, estrutura para escrever material, fazer as teleconferências, enfim, ter todos os recursos para poder viabilizar uma propos-



Professora Elyandra Figueiredo durante aula presencial na capital

ta experimental”, como relata o professor Camargo, da FE. Nada disso vingou.

Na prática, Gil Marques, hoje na coordenação da LC-EàD, fala em um aporte da ordem de R\$ 2 milhões na implementação de todos os polos. “A maior parte veio da Univesp, sem contar o laboratório didático, onde foram investidos mais uns R\$ 2 milhões da mesma fonte”. O convênio tem cinco anos, no valor de R\$ 38,4 milhões, segundo a USP. Mas, para Camargo, a universidade deveria investir muito mais: “Pensa-se apenas em escrever o material, produzir os vídeos. Junta-se tudo da forma mais barata possível e coloca-se em prática por meio dos tutores, que são extremamente precarizados”.

O professor José Marcelino Pinto adverte que os docentes contratados para a LC-EàD estão excessivamente atarefados, pois devem ministrar disciplinas nos períodos diurno e noturno em sua área de atuação com 16 horas de dedicação no polo, 8 horas das quais aos sábados

Os tutores são os educadores que acompanham os alunos nas atividades

online. Há ainda os educadores “ao vivo” nos polos. Esses profissionais são alunos da pós-graduação, normalmente bolsistas, e devem cumprir carga horária semanal de 20 horas. Eles são treinados na chamada semana zero do curso ou participam de cursos oferecidos pela universidade.

“Os educadores presenciais ou não, Help Desk, ilustradores, o pessoal que trabalha com edição de vídeos, produção de livros, editoração eletrônica, possuem contratos. E quem elabora isso e contrata é a Fusp”, explica Gil Marques, referindo-se à Fundação USP, entidade privada. “Todos os recursos são provenientes do convênio, então quem paga esses profissionais é a Univesp”, diz.

Já os docentes — professor-coordenador, professor-autor, profes-

sor-atividades, professor-laboratório — são contratados em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), por 40 horas semanais. Eles planejam e executam o curso e, ao mesmo tempo, desenvolvem projetos próprios de pesquisa com os alunos. Em documento endereçado ao diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCL-RP), onde funciona um dos polos, o professor José Marcelino Pinto adverte que os docentes contratados para a LC-EaD estão excessivamente atarefados, pois devem ministrar disciplinas nos períodos diurno e noturno em sua área de atuação com, no mínimo, 16 horas de dedicação no polo, 8 horas das quais aos sábados. Devem ainda estar disponíveis para atender necessidades pedagógicas em todos os polos, sempre que solicitados. “Eles são, na verdade, superprofessores. E os alunos são subalunos, não são tratados como membros da USP”, declara o professor da FFCL-RP.

A propósito, uma característica apontada como positiva pelos alunos é precisamente o apoio docente, considerado por Cristiano de Sá, um dos diretores do recém-criado Centro Acadêmico de Licenciatura em Ciências Semipresencial da USP (CAULC), até superior ao recebido por alunos dos cursos presenciais de graduação da universidade. Ainda assim, ele observa que há “uma estrutura burocrática e hierárquica dentro do curso”, a qual resulta em “algumas demoras no atendimento”.

Entretanto, o fato de receber atenção “privilegiada” dos professores não

faz do aluno desse primeiro curso à distância da USP, propriamente, um aluno integrado à universidade. Apesar de constar, da proposta original de criação do curso e do Manual do Candidato para o vestibular 2013, que “o ingressante no Curso de Licenciatura em Ciências será um aluno USP como os demais e terá acesso a todos os benefícios e ambiente oferecidos aos alunos dos cursos inteiramente presenciais”, as aulas ocorrem, em todos os polos, aos sábados, submetendo os estudantes às restrições da universidade em um dia não letivo.

O horário de aulas vai das 8h00 às 17h30, com um intervalo de uma hora e meia, em média, para o almoço. Às vezes, contudo, as aulas se estendem um pouco. “Então, quando o pessoal sai, o ônibus já foi embora”, relata um aluno de São Paulo. Ele acrescenta que, quando se trata de um final de semana de feriado prolongado, os ônibus são ainda mais escassos e as lanchonetes e bandejões não abrem.

Recentemente, linhas especiais de ônibus têm transportado os alunos para os bandejões centrais no horário do almoço, em um sistema de leva-e-traz. “O problema é preencher o cartão do Crusp para ter acesso aos bandejões, porque de sábado não carrega”, reclama o aluno da capital. Para que os estudantes alcem nos bandejões é necessário realizar a compra de créditos, que são inclusos na carteira de identificação da USP. É o chamado sistema RUCard. A venda desses créditos cabe à Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), cujo guichê de atendimento no Bandejão Central, no campus do Butantã,

só funciona de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h45.

No polo de Ribeirão Preto, a solução encontrada foi fazer uma espécie de mutirão para tomar um lanche nos intervalos. Cada aluno leva um prato de salgados ou de doces, ou ainda bebidas, como sucos e refrigerantes, alguém fica responsável pelos utensílios (toalha de mesa, pratos, garfos e copos descartáveis), e todos compartilham a comida. Professores também participam. As dificuldades de transporte e alimentação, porém, não são as únicas. Os alunos também criticam o horário reduzido de funcionamento e mesmo o fechamento das bibliotecas aos sábados.

No vestibular de 2010, o primeiro do curso, São Paulo registrou recorde na relação candidatos/vaga: 12,73. Nos polos do interior a razão mais alta foi a de Ribeirão Preto: 3,08. Nos exames para 2012 e 2013, os números baixaram e muito. Respectivamente, foram de 11,60 e 1,99; 3,57 e 1,43

A ampliação da distribuição geográfica das vagas nas universidades públicas paulistas é preceito do governo estadual em defesa do convênio Univesp com essas instituições. Até 2012, a LC-EaD contava com 360 vagas equitativamente distri-

buídas entre São Paulo, Ribeirão Preto, São Carlos e Pirassununga. O coordenador Marques justifica a implantação de polos em Santos, Lorena e Jaú como necessária ao atendimento do maior número possível de alunos. Para 2013 foram alocadas 120 vagas na capital e 40 em cada um dos seis polos restantes. Na prática, todavia, os resultados vão em sentido contrário.

No já citado vestibular “fora de época”, o primeiro do curso de LC-EaD, São Paulo registrou o índice recorde na relação candidatos/vaga de 12,73; ao passo que no interior a razão mais alta foi no polo de Ribeirão Preto, com 3,08 candidatos/vaga. No exame realizado para as turmas de 2012, São Paulo já contabilizava 11,60 candidatos/vaga e Ribeirão Preto, 1,99. Para 2013, com a abertura dos novos polos (Santos, Jaú e Lorena), a quantidade de vestibulandos por vaga ficou distribuída em 3,57 na capital e 1,43 em Ribeirão Preto. Nos demais polos, à exceção de Piracicaba, com 2,3 candidatos/vaga, a razão foi inferior a 2.

Nos novos polos de Santos e de Jaú sobram vagas, já que a relação de inscritos para cada uma foi de 0,83. Marques alega que, a partir do segundo processo seletivo, o curso não foi divulgado na Fuvest como sendo regular, o que contribuiu, na sua opinião, para a redução do número de interessados.

À baixa demanda se junta um expressivo índice de evasão. O coordenador reconhece que nas primeiras turmas cerca de 45% dos alunos abandonaram o curso. O índice de evasão atualmente é de 20% a 25%, diz ele. Raphael Liguori Neto, co-



ordenador do polo de São Paulo, pondera que tal indicador pode ser considerado normal, pois se equipara ao de desistência de alunos da graduação de Física, por exemplo. Mas um aluno da primeira turma de Ribeirão Preto, cursando hoje o quinto módulo, informa que seu grupo, inicialmente formado por 90 alunos, está reduzido a um terço. “Muita gente de São Paulo veio para o interior fazer o primeiro módulo. Com as desistências em São Paulo, o pessoal começou a retornar para a capital porque havia vaga”, justifica.

“A evasão dos cursos à distância tem a ver com o rótulo de que são mais fáceis”, propõe Fabiana Versuti-Stoque, professora de Ribeirão Preto, atribuindo a redução das turmas à visão dos calouros de que o ensino à distância é mais “fraco” que o presencial. Na capital, a professora Ely-

sandra Figueredo partilha da mesma ideia: “Os alunos têm que seguir uma rotina de estudos, não adianta deixar para fazer tudo em cima da hora”.

Esta questão não é trivial. No artigo “O ensino a distância e a falência da educação”, publicado na revista acadêmica *Educação e Pesquisa*, a professora Maria Helena Souza Patto, ex-diretora do Instituto de Psicologia (IP-USP), discute o que vem a ser “um retrato do aluno adequado aos cursos à distância”, como ser “disciplinado (capaz de evitar dispersão e de cumprir horários)” e “organizado (apto a dividir o tempo entre o estudo e os horários de atividades *on-line*)”. Segundo a professora, o nível de conhecimento alcançado dependeria, portanto, do perfil do aluno. “Os que carecem dessas características seriam aqueles que integram as fileiras dos que abandonam os cursos virtuais,

Daniel Garcia



Professor Raphael Liguori Neto

evasão tomada como prova do alto nível de exigência e da qualidade do ensino a distância”.

Aspecto preocupante do EàD diz respeito à confusão entre conhecimento e acúmulo de informações, e entre formação ampla e simples treinamento, adverte o professor Minto: “É provável que a mentalidade da aceleração de processos já tenha contaminado seus administradores e que traga reflexos negativos”

A implantação da LC-EàD foi motivo de protesto no campus de São Paulo, onde está instalado seu aparato administrativo. Segundo relato de Arielli Moreira, diretora do DCE na época, foram feitas duas mobilizações e a Reitoria não deu as caras,

mesmo tendo sido ocupada pelo corpo de manifestantes. Moreira explica que em 2008 a Reitoria divulgou a aplicação do programa Univesp já para o ano seguinte. Com as pressões da comunidade universitária, o início do curso foi então adiado para 2010.

Para a representante do DCE, “o ensino à distância no caso brasileiro não é implementado com o intuito de permitir o acesso à educação a localidades onde não existem universidades, mas como uma forma barata de massificar conhecimentos e, portanto, multiplicar diplomas universitários sem priorizar a qualidade do ensino. Não por acaso, ele cresceu mais de 300% nos últimos anos em nosso país, enquanto a maioria dos estudantes segue de fora do ensino superior”.

Em se tratando da formação de professores, o professor na FE-USP e vice-presidente da Adusp, César Minto, traz à tona um aspecto da legislação brasileira no que se refere à “sólida formação básica” dos profissionais aptos à docência: o de que apenas subsidiariamente se faça “uso de recursos e tecnologias de educação à distância” durante a formação inicial, que “deve ser presencial, pois a aprendizagem é ato social”. Para ele, o professor “precisa compreender as diversas situações vivenciadas pelos estudantes para poder aumentar a chance de criar as melhores oportunidades nesse processo, que é individual e coletivo ao mesmo tempo”.

De acordo com o professor Minto, um aspecto preocupante do EàD diz respeito à confusão que se faz entre conhecimento e acúmulo de informações, e entre formação ampla e simples treinamento. “Embora pos-

sa não ser o caso da USP, é provável que a mentalidade da aceleração de processos já tenha contaminado seus administradores e que traga reflexos negativos, do ponto de vista social, à instituição. A formação ampla, em especial de professores, demanda o uso de metodologias artesanais — planejadas, acompanhadas e avaliadas”.

Basta, para compreender a que tipo de distorção Minto se refere, ouvir como o próprio Gil Marques define, de maneira entusiasmada, os conteúdos do LC-EàD: “É um curso com um número muito grande de disciplinas, que vai desde astronomia, matemática, doenças contagiosas, além das didáticas, tem de tudo”. E para que não restem dúvidas, completa, quanto à abrangência do curso: “É essa a ideia”.

Maria Helena Patto, em seu artigo, defende que, “submetida à compressão do tempo, a educação se afasta da reflexão não por mero erro técnico, mas por meio da invasão das instituições de ensino pela lógica produtivista”. Nas palavras da pesquisadora, ao contrário de promover maior democratização ao ensino superior público e de qualidade, a expansão do EàD de maneira geral no país vem ocasionando uma elitização dos cursos presenciais nas universidades estaduais paulistas. “Esse tipo de curso é feito exatamente para os alunos que mais precisam do ensino presencial porque são os com maior dificuldade”, pontua José Marcelino Pinto, da FFCLRP. A *Revista Adusp* procurou ouvir a Pró-Reitora de Graduação, Telma Zorn, por intermédio de sua assessoria de imprensa, mas não obteve retorno até o fechamento da edição.